**SECRETARIA DE ESTADO DE
DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO****CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL
E URBANO DO DISTRITO FEDERAL****ATA DA 203ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Às nove horas e vinte minutos do segundo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte três, no Setor Comercial Norte, Quadra 01, Bloco A – Edifício Number One – Asa Norte Brasília/DF – 18º andar, foi iniciada a Ducentésima Terceira Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, pelo Senhor Mateus Leandro de Oliveira, Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH, que neste ato substitui a Excelentíssima Vice-Governadora no exercício do cargo de Governadora do Distrito Federal, Senhora Celina Leão, contando com a presença dos conselheiros relacionados ao final desta ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Abertura dos trabalhos. 2. Verificação do quórum. 3. Informes do Presidente. 3.1. Realização de estudos pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, quanto à possibilidade de alteração do art. 4º, da Lei nº 4.585, de 13 de julho de 2011, que trata sobre os valores de gratificação pela participação nos órgãos de deliberação coletiva. 4. Posse dos novos conselheiros. 5. Apreciação e aprovação da Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02/02/2023. 6. Escolha dos membros para compor o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB. 7. Escolha dos membros para compor a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – CPCOE. 8. Processos para apreciação: 8.1. Processo: 0139-001357/1998. Interessado: Companhia Brasileira de Distribuição. Assunto: Processo de Compensação Urbanística do uso Comercial/Comércio Varejista, cujo lote, localizado no SHCSW CCSW, Quadra 06, lotes 4 e 5. Relator: Dionyzio Antônio Martins Klavdianos – SINDUSCON. 8.2. Processo: 00392-00006838/2019-12. Interessado: CODHAB. Assunto: Projeto Urbanístico de Regularização denominado QD. 01 CJ. A a K, QD. 02 CJ. A a G, QD. 03 CJ. A a E, QD. 04 CJ. A a G, AV. PRIMAVERA, EQ. 01/02, EQ. 03/04 e EQ. 04/05, localizado na Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Primavera, no Setor Habitacional Primavera, na Região Administrativa de Taguatinga – RA III. Relatora: Ruth Stefane Costa Leite – Habitect/DF. 8.3. Processo: 00390-00011548/2022-34. Interessado: Grêmio Esportivo Brasiliense. Assunto: Desdobro do lote A do Setor Juscelino Kubitschek, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante – RA VIII. Relatores: Thales Mendes Ferreira – SEDET e Delma Tavares Mariani – PRECOMOR. 8.4. Processo: 0111-002104/2002. Interessado: TERRACAP. Assunto: Alteração de parcelamento dos lotes 1 e 2 da DF 480 e criação de lote AE 3A – Projeto de Urbanismo URB-MDE 083/02 e respectiva minuta de Projeto de Lei de Desafetação, Região Administrativa da Gama, RA-II. Relator: Valmir Lemos de Oliveira – SEGOV. 8.5. Processo: 00390-00004205/2022-13. Interessado: AMBEV S.A. Assunto: Desdobro do lote 01, Área Especial para Indústria, Setor Leste, na Região Administrativa da Gama – RA II. Relator: Wilde Cardoso Gontijo Júnior- Associação Civil Rodas da Paz. 8.6. Processo: 0111-002055/2010. Interessado: TERRACAP. Assunto: Apreciação de Projeto Urbanístico da Região Administrativa do SCIA e Estrutural – RA XXV. Relatora: Janaína de Oliveira Chagas – SODF. 8.7. Processo: 00138-00002334/2019-62. Interessado: Rede Urbana de Ações Culturais – RUAS. Assunto: Criação de lotes para regularização de duas edificações localizadas no Setor M Norte, EQNM 18/20, junto aos Blocos B e C, lindeiros à Praça do Cidadão, Região Administrativa de Ceilândia – RA IX. Relatora: Maria do Carmo de Lima Bezerra - FAU/UnB. 9. Processos para distribuição. 9.1. Processo nº 00390-00004207/2021-21. Interessado: Departamento de Engenharia e Construção – Exército Brasileiro – Ministério da Defesa. Assunto: Desdobro do lote denominado Pátio Ferroviário de Brasília, localizado entre a EPIA, EPCL, EPAC e SAA, matriculado no 2º Ofício de Imóveis de Brasília (2º CRI), sob o número 58455, de propriedade da União Federal, com área de 4.341.593,98m², na Região Administrativa do SIA – RA XXIX. 10. Assuntos Gerais. 11. Encerramento. Dando início à reunião, passou-se ao item 1. Abertura dos trabalhos: O Senhor Secretário de Estado, Mateus Leandro de Oliveira, iniciou a reunião cumprimentando a todos. Em seguida, verificou-se o quórum como suficiente. Dando prosseguimento, avançou-se ao item 3. Informes do Presidente: O Senhor Mateus Leandro de Oliveira informou que todo trabalho desenvolvido sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília está disponível no sítio eletrônico da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (SEDUH) e, que não obstante a todos esforços realizados, a segunda Audiência Pública prevista para março deste ano, não será realizada, pois os trabalhos ainda serão finalizados. Quanto à revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, visando atender às recomendações do Ministério Público, está prevista uma audiência pública por Região Administrativa, totalizando trinta e cinco audiências ao longo do ano de 2023. Após tais esclarecimentos, passou-se ao subitem 3.1. Realização de estudos pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal, quanto à possibilidade de alteração do art. 4º, da Lei nº 4.585, de 13 de julho de 2011, que trata sobre os valores de gratificação pela participação nos órgãos de deliberação coletiva: O Senhor Mateus Leandro de Oliveira informou que a Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração recebeu o pedido feito pela SEDUH no ano de 2022 e que serão realizados estudos quanto à possibilidade de alteração da gratificação. Ato contínuo, passou ao item 4. Posse dos novos conselheiros: O Senhor Mateus Leandro de Oliveira

anunciou os novos conselheiros a serem empossados no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, a saber: (I) Representantes do Poder Público: (i) ANTONIO GUTEMBERG GOMES DE SOUZA, para exercer a função de membro titular, como representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA); (ii) MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO, para exercer a função de membro titular, como representante do Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal (IPEDF); (iii) DANIELLE CARVALHO ALVES, para exercer a função de membro suplente, como representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda do Distrito Federal (SEDET), a assinar o termo de posse posteriormente; (iv) PEDRO PAULO BARBOSA GAMA, para exercer a função de membro suplente, como representante da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI); (v) JULIA BORGES JEVEAUX, para exercer a função de membro suplente, como representante da Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB), a assinar o termo de posse posteriormente. (II) Representantes da Sociedade Civil: (i) WILDE CARDOSO GONTIJO JÚNIOR, para exercer a função de membro suplente, como representante da Associação Civil Rodas da Paz; (ii) HENRIQUE DO VALE ANDRADE, para exercer a função de membro titular, como representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (FECOMÉRCIO/DF); (iii) GUILHERME DE VASCONCELOS DE MORAIS, para exercer a função de membro suplente, como representante da Prefeitura Comunitária dos Moradores da Colônia Agrícola Sucupira (PRECOMOR); (iv) MARIBEL DEL CARMEN ALIAGA FUENTES, para exercer a função de membro titular, como representante do Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), a assinar o termo de posse posteriormente; (v) HENRIQUE SOARES RABELO ADRIANO, para exercer a função de membro suplente, como representante do Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento do Distrito Federal (IAB/DF). Finalizada a solenidade, passou-se ao item 5. Apreciação e aprovação da Ata da 202ª Reunião Ordinária, realizada no dia 02/02/2023: Não havendo pedidos de esclarecimentos, retificações, observações ou correções, a respectiva Ata foi considerada aprovada. Avançou-se ao item 6. Escolha dos membros para compor o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal – FUNDURB: O Senhor Mateus Leandro de Oliveira realizou uma breve contextualização explicando que o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB) trabalhava com as outorgas onerosas, especialmente, do direito de construir e de ONALT. Pela legislação do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB) existe a disposição sobre a composição e instalação do Conselho de Administração, cuja tarefa se destina à apreciação e aprovação de projetos custeados pelos recursos disponibilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). Mencionou que, pelo Regimento Interno do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB), são componentes natos do Conselho de Administração: O Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal, o Secretário de Estado de Fazenda do Distrito Federal, o Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal e o Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal. Contudo, o mesmo dispositivo autoriza a participação de três membros representantes da Sociedade Civil, que são nomeados dentre os membros de cada nova composição do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Informou as três entidades que eram membros do Conselho de Administração do FUNDURB: a Única/DF em parceria com o FID/DF, ambas ocupando a primeira cadeira, o CREA/DF e o CAU/DF, ambas ocupando a segunda cadeira e a terceira cadeira era composta por um membro da Associação Rodas da Paz conjuntamente com o IAB/DF. Logo em seguida, abriu a palavra para manifestações e considerações a respeito. Diante das manifestações, o Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Júnior, Rodas da Paz, lembrou a todos que na gestão anterior foi estabelecido o critério temático para a ocupação das cadeiras do Conselho de Administração, em forma de rodízio, a fim de que todos pudessem participar tanto na qualidade de titular como suplente. Nesse ínterim, manifestou o interesse da Associação Rodas da Paz em permanecer como componente do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). Na mesma linha, o Conselheiro Daniel Bittencourt Alves de Lima, Única/DF, manifestou o interesse da União dos Condomínios Horizontais e Associações de Moradores no Distrito Federal (Única/DF) em permanecer como componente do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). Na mesma esteira, o Conselheiro Guilherme Amancio Louly Campos, CREA/DF, manifestou o interesse do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal (CREA/DF), em permanecer como componente do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). Igualmente, o Conselheiro Henrique Soares Rabelo Adriano, IAB/DF, manifestou o interesse do Instituto de Arquitetos do Brasil/Departamento do Distrito Federal (IAB/DF), em permanecer como componente do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). A Conselheira Delma Tavares Mariani, PRECOMOR, manifestou interesse em participar do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). Outrossim, o Conselheiro Almiro Cardoso Farias Júnior, OAB/DF, manifestou interesse em participar do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). Aproveitando o ensejo, o Conselheiro Marcos Vinicius Batista de Souza, FNE, sugeriu que cada cadeira fosse ocupada por três entidades representativas da sociedade civil no âmbito do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). Diante das manifestações, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira propôs que a primeira cadeira fosse ocupada, de forma alternada,

pelas seguintes entidades: UNICA/DF, PRECOMOR e HABITECT/DF; que a segunda cadeira fosse ocupada pelas seguintes entidades: CAU, CREA/DF e FNE, sendo a última vaga composta pelas seguintes entidades: Rodas da Paz, IAB e OAB/DF. Asseverou que a questão da alternância seria definida entre as entidades. Ressaltou que o Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB) não se trata de um colegiado remunerado. Desse modo, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre a proposta de composição do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB). Não havendo manifestação em sentido contrário, a nova composição dos membros do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB) foi considerada aprovada. Avançou-se ao item 7. Escolha dos membros para compor a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal – CPCOE: O Senhor Mateus Leandro de Oliveira explicou que a Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal (CPCOE) foi criada pela Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, e, em razão da matéria envolvida na comissão, a legislação citada acima, prevê que sua composição seja formada por membros que tenham graduação em direito, arquitetura ou engenharia. Visando o cumprimento ao disposto no art. 4º, §3º, inciso I, do Decreto 39.393, de 19 de outubro de 2018, foi feita votação para eleição de 4 (quatro) representantes da sociedade civil que compõem o CONPLAN. Informou que as entidades que já compunham a comissão são: ADEMI/DF, FAU/UnB, IAB/DF e SINDUSCON. Questionou sobre a manutenção ou não da representação dessas entidades junto a CPCOE. Diante da manifestação para manutenção da participação na comissão e diante da inexistência de demais candidaturas, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira declarou a recondução das quatro entidades supra para a continuação dos trabalhos da Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações do Distrito Federal (CPCOE). Com a palavra, o Conselheiro Henrique Soares Rabelo Adriano, IAB/DF, informou que os relatos a serem apreciados na 203ª RO do Conplan foram disponibilizados um dia antes da reunião, sendo assim, não houve tempo hábil para análise dos processos, razão pela qual, o IAB/DF irá se abster em todas as votações dos processos que serão deliberados. Para que haja tempo hábil para análise dos processos que serão votados, solicitou que as respectivas relatorias sejam disponibilizadas aos conselheiros com no mínimo uma semana de antecedência da realização da reunião. A solicitação foi acatada pelo Presidente em exercício, Mateus Leandro de Oliveira. Passou-se ao item 8. Processos para apreciação: 8.1. Processo: 0139-001357/1998 Interessado: Companhia Brasileira de Distribuição. Assunto: Processo de Compensação Urbanística do uso Comercial/Comércio Varejista, cujo lote, localizado no SHCSW CCSW, Quadra 06, Lotes 4 e 5. Relator: Dionyzio Antônio Martins Klavdianos – SINDUSCON: Não havendo apresentações a serem feitas, o Conselheiro Dionyzio Antônio Martins Klavdianos, SINDUSCON, realizou a leitura de seu relato e votou a favor da compensação urbanística do uso de terreno localizado na CCSW, Quadra 06, Lotes 4 e 5. O Senhor Mateus Leandro de Oliveira realizou algumas considerações sobre o exposto. Alegou que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), publicado no ano de 2009 e revisto em 2012, previu determinadas situações que autorizam extrapolação de área, desde que reunidas uma série de características e cumpridos todos os requisitos dispostos na legislação, além do atendimento ao rito estabelecido pela Central de Aprovação de Projetos (CAP/SEDUH). Dessa forma, passadas todas as fases do processo, poderá ser autorizada uma compensação urbanística, em pecúnia, que seria revestida para o FUNDURB, como forma de indenização pelo extrapolação da área ocupada. Diante desse cenário, as demandas que se enquadrassem nesses casos seriam submetidas ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), com o propósito de o Plenário efetuar o controle social da questão. Mencionou sobre a situação ocorrida a partir da demanda distribuída pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a título de exemplo. Logo em seguida, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Junior, Rodas da Paz, destacou que a discussão tratava sobre a compensação pecuniária. Contudo, ressaltou que apesar de os recursos arrecadados serem destinados para o Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (FUNDURB), os valores não eram repassados para o exercício seguinte. Esclarecendo os levantamentos efetuados, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira respondeu que nos idos de 2016 foi aprovada uma alteração na lei orçamentária, que regulamentava os fundos, determinando que todos os recursos deveriam ser encerrados ao final do exercício. Desse modo, sobrevindo superavit, os valores seriam remanejados para a chamada “fonte 100”, que se tratava de uma conta geral do tesouro, assim, os recursos não retornariam e ficariam alocados naquela conta. Explicou que nos últimos quatro anos, a destinação orçamentária para o FUNDURB e o FUNDHIS recebeu recursos da legislação, das receitas, das outorgas e da destinação orçamentária. Nesse sentido, a legislação em vigor confere uma interpretação de que esses recursos deixam de existir, porém, os valores estavam guardados na conta do tesouro e poderiam retornar aos cofres dos fundos por meio da destinação oriunda do orçamento do Governo do Distrito Federal (GDF). Noticiou que ocorreram situações em que ao longo do ano o governo complementava o orçamento do FUNDURB com a própria “fonte 100”, para que os projetos apresentados fossem executados. Não havendo mais manifestações ou considerações a respeito, o Processo: 0139-001357/1998 foi declarado aprovado com 32 (trinta e dois) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção. Em seguida, passou-se a apreciação do subitem 8.2. Processo: 00392-00006838/2019-12. Interessado: CODHAB. Assunto: Projeto Urbanístico de Regularização denominado QD. 01 CJ. A a K, QD. 02 CJ. A a G, QD. 03 CJ. A a E, QD. 04 CJ. A a G, AV. PRIMAVERA, EQ. 01/02, EQ. 03/04 e EQ. 04/05, localizado na Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Primavera, no Setor Habitacional Primavera, na Região Administrativa de Taguatinga – RA III. Relatora: Ruth Stefane Costa Leite –

Habitect: A Senhora Carolina Santos Freiras, Arquiteta e Urbanista da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), realizou a apresentação e, ao final, a Conselheira e ora relatora, Ruth Stefane Costa Leite, HABITEC/DF, fez a leitura de seu voto, sendo favorável à aprovação do projeto urbanístico de regularização do parcelamento denominado QD. 01 CJ. A a K, QD. 02 CJ. A a G, QD. 03 CJ. A a E, QD. 04 CJ. A a G, AV. PRIMAVERA, EQ. 01/02, EQ. 03/04 e EQ. 04/05, localizado na Área de Regularização de Interesse Social – ARIS Primavera, no Setor Habitacional Primavera, na Região Administrativa de Taguatinga – RA III. A Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UnB, questionou qual era o objeto que estava sendo apreciado, justificando para tanto que a apresentação induzia no sentido de que o processo havia sido apreciado pelo Plenário anteriormente. O Senhor Mateus Leandro de Oliveira explicou que, de fato, o processo havia sido apreciado pelo Colegiado anteriormente, porém, após a aprovação surgiu a necessidade de realizar alterações no projeto, a fim de contemplar uma série de situações. Desse modo, houve a necessidade de nova apreciação para contemplar as mudanças do projeto. Em resposta à questão suscitada, a Senhora Rosemay Martins Leão Pimentel, Coordenadora de Regularização Fundiária (CAP/SEDUH), explicou que a poligonal foi aprovada anteriormente e registrada em projeto urbanístico de representação. Todavia, quando a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB) foi realizar o cadastramento, identificou que essas áreas são maiores do que o estipulado no Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) para as áreas de interesse social. Assim, o processo retornou para que essas áreas fossem desconsideradas, a fim de que fosse possível realizar um cadastramento socioeconômico, com o propósito de estudar caso a caso se a área seria de interesse social ou de interesse específico. Ademais, esclareceu que as áreas não estavam inseridas no projeto de regularização e que, em razão disso, a demanda seria encaminhada ao Instituto Brasília Ambiental (BRAM) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para definir se haveria a viabilidade de implementação desses loteamentos. O Senhor Mateus Leandro de Oliveira ressaltou que a lógica adotada para a análise do processo foi a construção técnica desenvolvida nos últimos oito a dez anos e que as áreas de regularização seriam apreciadas a partir daquilo que fosse possível a depender do aprofundamento do estudo ambiental e da situação de registro da comercialização, tendo em vista que descaracterizariam, em termos de interesse social, a área, o que não autoriza que eventuais vendas ocorram pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), mas pela Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap). Seguindo, o Conselheiro Marcos Vinícius Batista de Souza, FNE, questionou com relação a imagem apresentada, que estavam fora da poligonal, se elas foram implementadas antes ou após da definição da área do objeto de estudo. O segundo questionamento indagou se as áreas que estão em APPs estavam, efetivamente, em vulnerabilidade ambiental. Compreendeu que o adiantamento da questão da parte urbanística era necessário para o avanço do processo, porém, preocupou-se acerca da pendência, porventura acarretar algum obstáculo ao empreendimento, em especial com relação aos equipamentos públicos disponíveis para fazer a regularização do setor como um todo. Em contrapartida, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira afirmou que, de fato, o objetivo era o de avançar nas aprovações das matérias para que se conseguisse adiantar o processo. Todavia, o fato de o parcelamento estar condicionado não poderia ser objeto de apreciação naquela ocasião, devido a necessidade de análise pelo órgão ambiental responsável. Assim, a questão ambiental será elencada no âmbito do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) em momento oportuno. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Junior, Rodas da Paz, com relação ao parecer emitido pela SEMOB, explicitado no slide 29 da apresentação realizada na reunião, que expressa que não há previsão orçamentária para a implantação das conexões estruturantes nas imediações interligando as cidades satélites de Samambaia e Taguatinga pelos modais rodoviários, acreditou ser importante contextualizar onde se localizava a ARIS Primavera, que se encontra em uma região entre Taguatinga, Samambaia e Ceilândia. Desse modo, sugeriu que, sobrevivendo a aprovação do projeto, que fosse solicitado à Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB), que priorizasse a atualização desses projetos de conexão cicloviária e de mobilidade ativa e que, após executados esses projetos, fossem encaminhados ao FUNDURB. Sobre o loteamento previsto na página 32, de 650m² na periferia, recomendou a instalação de equipamentos públicos, a fim de integrar a malha urbana e conferir a apropriação das instalações ao morador daquela comunidade. Enumerou os mais diversos benefícios que a iniciativa poderia acrescentar à população lindeira, a exemplo do fácil acesso a saúde, educação e lazer. Desse modo, solicitou esclarecimentos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), se nesses lotes que ainda não foram objeto de regularização privada, havia a possibilidade de realização de um estudo para inserção de equipamentos públicos dentro da malha e não somente na periferia. A Senhora Carolina Santos Freiras prontamente o respondeu justificando que a ARIS Primavera era toda adensada e não possuía muitos espaços vagos para a implementação de espaços livres para o uso público. Por isso, foi indicado o reajuste da poligonal a esquerda, a fim de implementar áreas públicas. Informou que os lotes de 650m² estavam todos ocupados por residências, impossibilitando a implementação de lote destinado a equipamento público. Com relação ao primeiro questionamento levantado pelo conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Junior, o Senhor Secretário de Estado, Mateus Leandro de Oliveira, consultou o Secretário de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB), Valter Casimiro Silveira, presente à reunião, que se posicionou favorável à demanda de incluir o projeto cicloviário e para a mobilidade ativa dentre os projetos prioritários da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB) para o atendimento dessa região, que estava sendo aprovada a regularização. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Junior, Rodas da Paz,

explicou que a sugestão apresentada seria pela realização de estudo para que, efetivamente, fosse feita uma intervenção pública, seja por desapropriação ou ocupação por pequenas praças. A Conselheira Maria Silva Rossi, SEMA, observou que no licenciamento ambiental havia algumas questões que foram transcritas no relato, a exemplo da desconstituição de moradia em APP e de moradias fora da poligonal, além de pontuar questões importantes nos estudos técnicos relativas a eventuais problemas geotécnicos, geomorfológicos e hidrológicos que possam ser risco para as habitações. Ante a isso, sugeriu que o relatório fosse corrigido. Destacou que pela simples leitura do relatório surge a confusão sobre o que está sendo tratado e propôs que a qualificação do objeto fosse destacada em algum momento do texto indicando que não estão em análise as áreas em APP. Justificou que, caso haja condicionantes dessa natureza, há necessidade de indicação de uma ressalva à aprovação mencionando a condicionante da desconstituição e, se não for o caso, não há necessidade do apontamento. A Conselheira Roxane Delgado Almeida, CODHAB, demonstrou que os apontamentos realizados na fala que a antecedeu deixavam claro a intenção sobre a apreciação do objeto e sugeriu que fosse elaborado um desenho da poligonal que estava sendo aprovada para que, inclusive, pudesse separá-la das demais áreas que fossem sujeitas à análise posteriormente, isto é, delimitar a poligonal dentro da poligonal. Pontuou que o plano de manejo da ARIE JK deveria ser refeito ante à antiguidade do planejamento. Sendo localizado o objeto específico da discussão, a Conselheira Maria Silva Rossi, SEMA, recomendou que fosse retirado do relato todas as condicionantes ou questões que não fossem afetas à poligonal, a exemplo do trecho descrito abaixo da figura 10 e a citação do MDE, na página 15, além do laudo geotécnico que foi incorporado na redação. Observou ainda a retirada da terceira frase em itálico, porque induziam ao leitor a acreditar tão somente no problema da poligonal em aprovação. Desse modo, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira consultou a área responsável pela aprovação para saber se haveria alguma questão processual a ser apontada. Não havendo, questionou à relatora se poderia fazer as alterações sugeridas e, para fins de registro, anexar a versão finalizada do relato com a exclusão do mencionado trecho. Com a concordância da relatora e não havendo mais inscritos, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre o processo com a exclusão da menção “como constado as razões pelas quais as áreas, os lotes que não estão sendo contemplados” no objeto da deliberação e a atribuição de prioridade ao atendimento de ciclovias e transporte público e calçadas interligando a ARIS Primavera às regiões próximas de Samambaia e Taguatinga, pela Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal (SEMOB). Diante dos esclarecimentos acima e, para que não haja qualquer prejuízo ao processo, a Conselheira Ruth Stefane Costa Leite, ora relatora deste processo, retira de seu relato o seguinte trecho: “Desocupação das moradias localizadas em áreas de APP e das localizadas fora da poligonal do Setor Habitacional, na região a norte de sua poligonal.- Desocupação das moradias localizadas em áreas de APP e das localizadas fora da poligonal do Setor Habitacional, na região a norte de sua poligonal”. Com 32 (trinta e dois) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção, foi aprovado o processo 00392-00006838/2019-12. Passou-se a apreciação do subitem 8.3. Processo: 00390-00011548/2022-34. Interessado: Grêmio Esportivo Brasiliense. Assunto: Desdobro do lote A do Setor Juscelino Kubitschek, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA VIII. Relatores: Thales Mendes Ferreira - SEDET e Delma Tavares Mariani - PRECOMOR: O Senhor Luiz Antônio Reis, autor do projeto, realizou a apresentação e, ao final, os conselheiros, ora relatores, Thales Mendes Ferreira - SEDET e Delma Tavares Mariani - PRECOMOR, proferiram seus votos como sendo favorável ao desdobro do lote A do Setor Juscelino Kubitschek, na Região Administrativa do Núcleo Bandeirante - RA VIII. Aberta a palavra para considerações, o Conselheiro Marcos Vinicius Batista de Souza, FNE, em síntese, propôs como encaminhamento a criação de uma área específica com competência delegada pelo Colegiado, com o propósito de deliberar sobre processos dessa natureza. Assim, a nova área ficaria responsável pela apresentação dos resultados ao final do ano. O Senhor Mateus Leandro de Oliveira esclareceu que nesse caso não comportaria delegação de competência, devido ao critério de obrigatoriedade de que tais matérias sejam submetidas ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) para deliberação. Noticiou que há em voga um Projeto de Lei Complementar de parcelamento do solo, que irá reger toda a parte de loteamento, desmembramento, remembramento e desdobro. Ante aos esclarecimentos prestados, o Conselheiro Marcos Vinicius Batista de Souza, FNE, sugeriu a criação de uma Comissão, representada por membros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) para que chancelassem e apresentassem ao Pleno as propostas que foram apreciadas e aprovadas. A Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UNB, teceu considerações sobre a alteração das densidades, a questão relativa à circulação de veículos e a consulta às concessionárias. O Senhor Luiz Antônio Reis esclareceu que ante à inexistência de alteração dos parâmetros, a ideia seria abrigar esse tipo de restrição de ocupação e necessidade de permeabilidade. Pontuou que na legislação de edificações, as consultas são obrigatórias e que no caso em tela, não teria como realizar o estudo dos níveis de desmembramento, porque não se sabe qual uso será destinado para cada lote dentro daqueles permitidos para o comércio e serviços institucionais. Não havendo mais manifestações, com 31 (trinta e um) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções, foi aprovado o processo 00390-00011548/2022-34. Em seguida, passou-se a apreciação do subitem 8.4. Processo: 0111-002104/2002. Interessado: TERRACAP. Assunto: Alteração de parcelamento dos lotes 1 e 2 da DF 480 e criação de lote AE 3A - Projeto de Urbanismo URB-MDE 083/02 e respectiva minuta de Projeto de Lei de Desafetação. Região Administrativa do Gama, RA II. Relator: Valmir Lemos de Oliveira - SEGOV: A Senhora Natália Oliveira de Freitas, colaborada da Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (Terracap), realizou a apresentação e, ao final, o Conselheiro Valmir Lemos de Oliveira, SEGOV, ora relator, fez a leitura de seu voto sendo favorável à

aprovação do Projeto de alteração de parcelamento do solo urbano registrado, localizado na Região Administrativa do Gama. Não havendo manifestações, com 30 (trinta) votos favoráveis e 2 (duas) abstenções, foi aprovado o processo nº 0111-002104/2002. Avançou-se ao subitem 8.5. Processo: 00390-00004205/2022-13. Interessado: AMBEV S.A. Assunto: Desdobro do Lote 01, Área Especial para Indústria, Setor Leste, na Região Administrativa do Gama - RA II. Relator: Wilde Cardoso Gontijo - Associação Civil Rodas da Paz: O Conselheiro e ora relator, Wilde Cardoso Gontijo, Rodas da Paz, realizou a leitura do relato e voto e alegou que o relato mostra que todos os parâmetros da Lei do Desdobro foram atendidos. A respeito da mobilidade ativa, efetuou algumas observações. Na linha 123, sendo o mesmo caso de os parâmetros urbanísticos do lote original serem mantidos, o que não gerava uma repercussão urbanística com relação ao aumento dos parâmetros na cidade como um todo. Porém, ressaltou que na figura 4 tirada no ano de 2007, havia uma ocupação na parte sul da indústria Skol e a parte norte, praticamente não havia ocupação, os quais são objeto do desdobro. Asseverou que a área chamada de “murundus” se tratava da “complicadora do processo”, tendo em vista que o campo dos murundus não se tratava de uma área bem cuidada como aquela localizada em Taguatinga Sul, chamada “Boca da Mata” e que o PDL do Gama obrigava que aquela área fosse preservada, em razão de ser responsável pela recarga hídrica dos córregos ali localizados. Enfatizou que a preservação daquela região era de suma importância para o interessado e que a construção na parte norte, onde se instalaram os supermercados, consequentemente, iriam sofrer processo de regularização por causa desse desdobro. Argumentou que na linha 157 teceu considerações acerca dos aspectos ambientais, em especial acerca do campo de murundus. Na linha 178 fez observações em relação à mobilidade urbana. Proferiu o seu voto favorável nos seguintes termos: “inserir citação no item 5 do MDE (Legislação relativa ao projeto) da Lei Complementar 196 nº 728/2006 (PDL do Gama) no item 5 do MDE (Legislação relativa ao projeto), sobretudo pela necessária explicitação da preservação do campo de murundus; b) inserir citação no item 5 do MDE (Legislação relativa ao projeto) da DIUPE 53/2022 (documento 98988882), com diretrizes urbanísticas específicas para a área não parcelada do Complexo de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em 01 de novembro de 2022, representada pelos lotes destinados ao Campus da UnB e ao Parque Urbano de Uso Misto do Gama, sobretudo pela demarcação neste instrumento da área do campo de murundus; c) inserir citação no item 5 do MDE (Legislação relativa ao projeto) da Lei Complementar nº 929/2027 (dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimento localizados no Distrito Federal e dá outras providências), bem como seu Decreto regulamentador nº 44037, de 2022; 209 d) solicitar manifestação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM sobre procedimentos regulatórios, fiscalizatórios CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL - CONPLAN e administrativos a serem implementados visando preservar o campo de murundus presente no Lote em desdobro a partir das diretrizes da DIUPE 53/2022; e) encaminhar solicitação à área responsável pela aprovação/regularização das construções em todos os lotes do desdobro quanto à observação especial: a. do cumprimento da Lei nº 3835, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre pavimentação de estacionamentos no âmbito do Distrito Federal, em especial ao artigo 1º, o qual determina que “Todas as áreas abertas destinadas a estacionamentos, públicos e privados, no Distrito Federal, deverão utilizar pavimentação permeável”; b. do cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 929/2017 e no Decreto nº 44037/2022, quanto à implantação de dispositivos para a captação, retenção, utilização e recarga de águas pluviais. c. da adequada transparência dos elementos construtivos utilizados na divisa entre as áreas privadas desses lotes e as áreas públicas, ampliando a condição de segurança das pessoas dentro e fora dos lotes; d. da execução de rotas acessíveis para pedestres e ciclistas no entorno dos lotes, interligando seus acessos destinados a pedestres e ciclistas às calçadas e ciclovias existentes nas avenidas próximas, com dimensão suficiente e adequada à afluência de pessoas.” O Senhor Mateus Leandro de Oliveira deixou claro que o objeto central do processo era o desdobro, contudo, compreendeu as preocupações do conselheiro quanto à regularização fundiária da área. Logo em seguida, abriu-se a palavra para manifestações e considerações a respeito. A Conselheira Maria do Carmo de Lima Bezerra, FAU/UNB, questionou se o processo havia sido encaminhado ao Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e se não, porque não havia sido encaminhado. Nesse sentido, foi explicado à conselheira que o processo não possui um Parecer Legal do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) por não haver tal exigência em processos de desdobro. Assim, os casos de desdobro estavam dispensados de licenciamento em função de não ter mais APP na região. Nesse sentido, avançou-se a uma discussão paralela sobre a diferença entre desdobro e parcelamento. Sanando o debate, o Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira esclareceu que a preocupação do conselheiro relator em seu voto foi que, atualmente, existem edificações licenciadas que possuem, inclusive, habite-se e, que a proposta do relator era no sentido de que, independente desse fato, que as recomendações fossem atendidas para que a situação fática seja avaliada e que o desdobro, em si, não alterasse as edificações consolidadas e licenciadas. O Conselheiro Almiro Cardoso Farias Júnior, OAB/DF, demonstrou preocupação dentro do ponto de vista da insegurança jurídica. Alegou que como morador do Gama, observou que o terreno após a ocupação pelo interessado ganhou uma série de benfeitorias e que a preocupação manifestada caminhava no sentido de condicionar as aprovações, porque do ponto de vista jurídico, a discussão não se encerraria ao proferir o voto. Assim, destacou sobre a necessidade de deixar claro e evidente o objeto da aprovação, bem como a extensão das consequências dessa deliberação. Caso as recomendações forem submetidas à votação, sugeriu a retirada do processo de pauta. Caso contrário, recomendou que os apontamentos fossem estendidos aos próximos processos em que possa se constar de

maneira clara que, independentemente do posicionamento, a consequência objetiva não será modificada. O Senhor Secretário de Estado, Mateus Leandro de Oliveira a título de encaminhamento, propôs que fossem solicitadas as manifestações da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Proteção Animal do Distrito Federal (SEMA) e do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) sobre os procedimentos regulatórios, fiscalizatórios e administrativos a serem implementados no processo, o que desvincularia a matéria, que ficaria alheia ao desdobro. O Conselheiro Antônio Gutemberg Gomes de Souza, SEMA, prestigiando o princípio da segurança jurídica, explicou que qualquer situação alheia ao desdobro deve, eventualmente, ser levada aos órgãos competentes. Com relação às implicações relativas ao campo de murundus, o Conselheiro CLAUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, IBRAM, informou que deu ciência às instâncias responsáveis do IBRAM para que tomem as devidas providências. Não obstante a isso, o Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Júnior, Rodas da Paz, registrou que a Associação Rodas da Paz solicitou que todas as preocupações apresentadas nas recomendações sejam registradas em ata como parte do relato, mesmo que a redação venha a ser subtraída do voto colocado pelo Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal. Nesse sentido, o Senhor Secretário, Mateus Leandro de Oliveira determinou que duas votações fossem realizadas: a primeira para aprovação ou não do desdobro do lote, puro e simples, e a segunda para definir se as recomendações integram a decisão do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) ou se as decisões integram uma espécie de “declaração de voto”, facultando aos órgãos subscritores. Assim, ingressou-se em regime de votação para deliberar sobre o processo, em epígrafe, relativo à aprovação ou desaprovação do desdobro pleiteado pelo interessado. Os 20 (vinte) conselheiros presentes no momento da votação registraram seus votos favoráveis para aprovação do processo nº 00390-00004205/2022-13. O Conselheiro Wilde Cardoso Gontijo Júnior, Rodas da Paz, solicitou que fosse registrada uma declaração de voto da Associação Rodas da Paz e aquelas entidades que desejarem aderir, poderiam acatar as recomendações. Portanto, a Associação Rodas da Paz e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB) declararam e subscreveram as seguintes recomendações: Considerando todo o exposto, VOTO pela aprovação do MDE-259/2022 193 (documento 101441865) e da URB 259/2022 (documento 95081917), com as seguintes recomendações: a) inserir citação no item 5 do MDE (Legislação relativa ao projeto) da Lei Complementar nº 728/2006 (PDL do Gama) no item 5 do MDE (Legislação relativa ao projeto), sobretudo pela necessária explicitação da preservação do campo de murundus; 198 b) inserir citação no item 5 do MDE (Legislação relativa ao projeto) da DIUPE 53/2022 (documento 98988882), com diretrizes urbanísticas específicas para a área não parcelada do Complexo de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em 01 de novembro 201 de 2022, representada pelos lotes destinados ao Campus da UnB e ao Parque Urbano de Uso Misto do Gama, sobretudo pela demarcação neste instrumento da área do campo de murundus; c) inserir citação no item 5 do MDE (Legislação relativa ao projeto) da Lei Complementar nº 929/2027 (dispõe sobre dispositivos de captação de águas pluviais para fins de retenção, aproveitamento e recarga de aquíferos em unidades imobiliárias e empreendimento localizados no Distrito Federal e dá outras providências), bem como do seu Decreto regulamentador nº 44037, de 2022; d) solicitar manifestação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA e do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM sobre procedimentos regulatórios, fiscalizatórios CONSELHO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL – CONPLAN e administrativos a serem implementados visando preservar o campo de murundus presente no Lote em desdobro a partir das diretrizes da DIUPE 53/2022; e) encaminhar solicitação à área responsável pela aprovação/regularização das construções em todos os lotes do desdobro quanto à observação especial: a. do cumprimento da Lei nº 3835, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre pavimentação de estacionamentos no âmbito do Distrito Federal, em especial ao artigo 1º, o qual determina que “Todas as áreas abertas destinadas a estacionamentos, públicos e privados, no Distrito Federal, deverão utilizar pavimentação permeável”; b. do cumprimento do disposto na Lei Complementar nº 929/2017 e no Decreto nº 44037/2022, quanto à implantação de dispositivos para a captação, retenção, utilização e recarga de águas pluviais; c. da adequada transparência dos elementos construtivos utilizados na divisa entre as áreas privadas desses lotes e as áreas públicas, ampliando a condição de segurança das pessoas dentro e fora dos lotes; d. da execução de rotas acessíveis para pedestres e ciclistas no entorno dos lotes, interligando seus acessos destinados a pedestres e ciclistas às calçadas e ciclovias existentes nas avenidas próximas, com dimensão suficiente e adequada à afluência de pessoas”. Ante ao avançar do horário, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira adiou a apreciação dos processos dispostos nos itens 8.6 e 8.7 da pauta. Ato contínuo, passou à distribuição dos processos constantes no item 9. Processos para distribuição: 9.1. Processo nº 00390-00004207/2021-21. Interessado: Departamento de Engenharia e Construção - Exército Brasileiro – Ministério da Defesa. Assunto: Desdobro do lote denominado Pátio Ferroviário de Brasília, localizado entre a EPIA, EPCL, EPAC e SAA, matriculado no 2º Ofício do Registro de Imóveis de Brasília (2ºCRI), sob número 58455, de propriedade da União Federal, com área de 4.341.593,98m², na Região Administrativa do SIA - RA XXIX. O Conselheiro Renato Oliveira Ramos, CACI, e as Conselheiras Delma Tavares Mariani, PRECOMOR, e Ruth Stéfane Costa Leite, HABITECT, foram definidos como relatores. Avançando ao item 10. Assuntos Gerais: O Conselheiro Dionyzo Antônio Martins Klavdianos, SINDUSCON/DF, solicitou ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, que convocasse uma reunião da Câmara Técnica do PPCUB, para que os trabalhos pudessem evoluir e torne mais profundo o tema no sentido de ajudar no processo. Ressaltou que gostaria de saber sobre o posicionamento do Governo e acreditou que aquele era o espaço para que a Sociedade Civil interagisse com o Poder Público. O

Senhor Secretário, Mateus Leandro de Oliveira, acatou o pedido realizado. Aproveitou o ensejo para abordar a respeito do Projeto de Lei Complementar (PLC) do parcelamento do solo, que está distribuído há mais de seis meses, compreendendo, para tanto, que a matéria se encontra apta a ser submetida ao Plenário. Dessa forma, solicitou ao Conselheiro Almiro Cardoso Farias Júnior, OAB/DF, que organizasse uma reunião de atualização do assunto para a próxima semana, a fim de que o processo fosse pautado na Reunião Extraordinária que seria realizada do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), com data a ser definida. 11. Encerramento: Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Distrito Federal, Mateus Leandro de Oliveira, declarou encerrada a 203ª Reunião Ordinária do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (CONPLAN), às 13h31m, agradecendo e parabenizando a todos os conselheiros e conselheiras pela produção dos trabalhos naquela reunião.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA, Titular - SEDUH, Presidente em exercício; MARCELO VAZ MEIRA DA SILVA, Suplente - SEDUH; BARTOLOMEU RODRIGUES DA SILVA, Titular - SECEC; THALES MENDES FERREIRA, Titular - SEDET; PEDRO PAULO BARBOSA GAMA, Suplente - SEAGRI; JANAÍNA DE OLIVEIRA CHAGAS, Suplente - SODF; AGACIEL DA SILVA MAIA, Titular - SERINS; VALTER CASIMIRO SILVEIRA, Titular - SEMOB; ANTONIO GUTEMBERG GOMES DE SOUZA, Titular - SEMA; RENATO OLIVEIRA RAMOS, Suplente - CACI; CLAUDIO JOSÉ TRINCHÃO SANTOS, Titular - IBRAM; JOSÉ AIRTON LIRA, Suplente - DF LEGAL; MANOEL CLEMENTINO BARROS NETO, Titular - IPEDF CODEPLAN; HAMILTON LOURENÇO FILHO, Suplente - TERRACAP; ROXANE DELGADO ALMEIDA, Suplente - CODHAB; VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA, Suplente - SEGOV; ERIKA DIAS, Suplente - SEPE; WILDE CARDOSO GONTIJO JÚNIOR, Suplente - RODAS DA PAZ; RUTH STEFANE COSTA LEITE, Titular - HABITECT; MARIA DO CARMO DE LIMA BEZERRA, Titular - FAU/UnB; PEDRO DE ALMEIDA GRILLO, Titular - CAU/DF; GUILHERME AMANCIO LOULY CAMPOS, Titular - CREA/DF; DIONYZIO ANTÔNIO MARTINS KLAVDIANOS, Titular - SINDUSCON/DF; CELESTINO FRACON JÚNIOR, Suplente - ADEM/DF; HENRIQUE DO VALE ANDRADE, Titular - FECOMÉRCIO/DF; JULIA EMRICH BRENNER, Titular - SRDF; DELMA TAVARES MARIANI, Titular - PRECOMOR; DANIEL BITTENCOURT ALVES DE LIMA, Suplente - UNICA/DF; HENRIQUE SOARES RABELO ADRIANO, Suplente - IAB/DF; MARCUS VINICIUS BATISTA DE SOUZA, Titular - FNE; NEUMA VITAL DE MATOS GOMES, Titular - ASMIG; PAULO ROBERTO DE MORAIS MUNIZ, Titular - CODESE/DF; ALMIRO CARDOSO FARIAS JÚNIOR, Titular - OAB/DF; JOSÉ LUIZ DINIZ JUNIOR, Suplente - FIBRA.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL

PORTARIA Nº 08, DE 31 DE MARÇO DE 2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E PROTEÇÃO ANIMAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III, V e VII do artigo 105 da Lei Orgânica do Distrito Federal e em conformidade com o disposto na Lei 2.725/2001 e nos Arts. 17 e 18 da Deliberação nº 03/2017 – CBH - RP, resolve:

Art. 1º Ficam designados como membros do poder público no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal - CBH Paranaíba/DF, para o período de 2023 a 2026:

- I – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER/DF;
- II – Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – ADASA;
- III – Instituto Brasília Ambiental – IBRAM/DF;
- IV – Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF LEGAL;
- V – Secretaria de Estado da Casa Civil do Distrito Federal – CACI/DF;
- VI – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal – SEDUH/DF, e
- VII – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – ICMBIO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUTEMBERG GOMES

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA

COMITÊ DE FINANCIAMENTO À ATIVIDADE PRODUTIVA DO DISTRITO FEDERAL

ATA DA 252ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COFAP/DF,
REALIZADA NO DIA 24 DE MARÇO DE 2023

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e três (2023), às dez horas, foi realizada a 252ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento à Atividade Produtiva do Distrito Federal - COFAP/DF, criado pelo Decreto nº 24.353, de 08/01/2004, por meio presencial na sala de reunião do 4º andar da sede da Secretaria de